

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----
-----**REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2004**-----
-----**ACTA NÚMERO UM / DOIS MIL E QUATRO**-----
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – José António Oliveira Gordinho Leonardo; -----
-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); M.^a Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira(CDU); Vítor Manuel Ferreira Fonseca (PS); João António Ricardo Mateus (BP); José Alexandre Fonseca (BP); Mário Gomes Morgado (CDU); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP); Carlos João F. Pereira Fonseca (PSD); Carlos Fernando Faria Duarte (PSD); Paulo Pereira Rodrigues (PSD) ; Susana Paula Geraldês Trindade Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); José Manuel Gonçalves Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marques Henriques (BP).-----
-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, vereadores António José Silva Faustino, Manuel Quintino Filipe Silva, Luís Alberto Camilo Duarte, Rui Fernando Figueiredo Viola, Jorge Manuel Costa Pereira, a Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, a Chefe de Divisão Financeira Regina Paula Aires, a Técnica Superior Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----
-----Pelas 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu na sede do Grupo Desportivo e Recreativo de Azambujeira dos Carros. -----
-----**INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:** O senhor Presidente da Câmara disse que desde 17 de Dezembro alguns dos elementos remetidos à Assembleia Municipal sofreram alterações quer quanto ao montante em dívida, quer quanto à execução do PPI que apresenta 58% de realização. Tendo em conta a receita prevista do orçamento 2004 e a cobrança efectuada até 31.12.2003 (€ 5.427.675) isso representa 87% do previsto em termos de receita corrente. Em 2004 as receitas correntes terão um relativo acréscimo. -----
-----O senhor Manuel Patuleia (BP) realçou que estamos a 2 anos do início do mandato que ocorreu em 22.01.2002. Os últimos elementos que têm em termos de análise financeira reportam a 17 de Dezembro. A sessão foi transferida de 22.12.2003 para hoje, o que quer dizer que este período podia ter permitido a distribuição da posição da receita e despesa em 31.12.2003. É pena ouvir aquilo que ouviu em cima do

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

acontecimento. É muito difícil dar opinião positiva em relação ao que foi a gestão de 2003. Esta Assembleia Municipal continua a ser prejudicada pelas dificuldades da Divisão Financeira. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) realçou algumas situações em que suspeitam ter havido erros. Estão pagos dois totais na despesa corrente, nomeadamente no website, que sabem que a Câmara não tem, e quanto ao concerto de Natal solicitou informação se se refere ao concerto de ano novo. Quanto às dívidas chamou a atenção de que a Câmara ainda deve quantias tão mínimas que não dignificam a autarquia. Questionou qual o critério utilizado para se chegar ao valor patrimonial do espaço onde se encontra implantada a Praça da República.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse terem feito a análise da informação remetida pela Câmara Municipal reportando-se a 17.12.2003. Teve dúvidas em perceber se o senhor Presidente da Câmara se referia a este documentou, à situação em 31.12.2003 ou à proposta de orçamento. Foi notório um melhor aproveitamento dos funcionários nos trabalhos por administração directa, só não percebem o que terá acontecido aos calceteiros e ao pessoal da rede viária, que parece que deixaram de prestar serviço. Até 17.12.2003, o PPI tinha uma concretização de 46,2%, citando as percentagens de diversos objectivos, nomeadamente o objectivo 11 (17,91%), objectivo 12 (100%), objectivo educação (28,26%), objectivo 24 (48,18%), ampliação de redes (19,38%), objectivo 25 (42,59% - realçando que a jóia da coroa, o parque desportivo tem 0,9%, salvando-se a remodelação do Palácio Gorjão), objectivo 34 (0%). Os números são bem demonstrativos da ineficácia da gestão do PSD. Relativamente à situação financeira, gostava que o senhor Presidente da Câmara explicasse como se iria concretizar 1/3 do orçamento. Quanto às dívidas não podem deixar de lembrar que em 2002 eram de € 2.832.000 e em 17.12.2003 eram de € 3.479.000. Também gostava de saber se este valor contem tudo o que a Câmara deve. Quanto à credibilidade do documento referiu que o mesmo apresenta várias rubricas em que os valores ultrapassam o orçamentado até 31.12.2003. Na despesa indica juros pagos até 17.12 de € 72.652 e os juros facturados e pagos são € 82.558. Qual dos números deve tomar por certo? Ou também já nem os números são o que parecem? -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse ter havido uma grande actualização desde 17.12.2003. Ainda não está tudo verificado pelo que ainda não podem dar uma informação completa, sendo necessário fazer uma verificação orçamental que irá ocorrer ao longo do mês de Janeiro. Isso pode justificar alguns desacertos. Os pequenos montantes em dívida foram todos regularizados até 31.12.2003, tendo sido feito um grande esforço a nível de pagamentos neste período. Quanto aos critérios de avaliação da Praça da República foram os da inventariação feita pela comissão de avaliação. A execução do PPI está nos 58%. Os empréstimos para 2003 foram todos pagos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que no tocante ao site da internet havia um contrato com a firma Clorofila, e pelo facto do serviço não estar a ser prestado com a qualidade necessária, deu indicações para o mesmo ser cessado. Os calceteiros

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

e o pessoal da rede viária não estão citados porque não decorreram serviços nessas áreas. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) declarou que “O orçamento de 2002, que vigorou também em 2003, previa uma receita de 1 115 000 € no capítulo de venda de bens de investimento que não teve qualquer realização. Existe algum impedimento na concretização desta receita? No âmbito da análise da presente informação, procedi a algumas comparações com documentos anteriores e gostaria de ser esclarecido da razão pela qual surgirem nesta informação (nº 3/03) investimentos plurianuais com níveis de execução global inferiores a 2002? Isto é, exemplificando: Praça da Republica (obj. 24, prog. 242): na conta de gerência de 2002 apresentava um nível de execução global de 5,61%. Na informação em apreço o mesmo índice é de 1,54%, quando para mais, o montante previsto é inferior. E ainda, como é que na conta de gerência de 2002 havia um montante total executado de 38 715,81 € e agora surge apenas 10 297,97 €? Ampliação do cemitério da Roliça (obj. 24, prog. 246): Em 2002 apresentava um nível de execução global de 32,03%, sendo o montante total executado de 24 019,67 €; Nesta informação desaparecem as percentagens e as verbas previstas e gasta. Qual o significado disto? Remodelação do cemitério do Bombarral (obj. 24, prog. 246): A situação é similar. Polidesportivo do Salgueiro (obj. 25, prog. 252): Comparando a conta de gerência de 2002 com a presente informação verifica-se que: mantém-se o montante total previsto em 35 000 €, na conta de gerência de 2002 surge 3 219,52 € na coluna do montante total executado e um nível de execução global de 9,2%, nesta informação, no final de 2003, surge um valor nulo como tendo sido aplicado em anos anteriores e um montante executado em 2003 de 2 985,83 €, o nível de execução global de 8,53%, portanto inferior relativamente a 2002. Polidesportivo do Carvalhal (obj. 25, prog. 252): Tem uma situação idêntica de aparente incompatibilidade de números. Variante Bombarral Zona Desportiva – 2ª fase (obj. 3, prog. 331): Comparando a conta de gerência de 2002 com esta informação, verifica-se: o total do montante previsto baixou de 75 000 €, para 49 974 €, em 2003 foi executado um montante de 49 263,62 €; embora em 2002 o montante executado tenha sido de 73 813,68 €, o montante executado em anos anteriores mantém-se em 218 776 € nos dois documentos; pese embora o montante executado de 49 263,62 € em 2003, o montante total executado em 2003 é inferior a 2002; o nível de execução global em 2002 foi de 99,6% e em 2003 de 99,74%. Todos estes dados que referi, aparentemente contraditórios, terão por certo uma explicação que eu gostaria de obter.”-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse ter ouvido com atenção a intervenção do senhor Mário Morgado que deu a entender que foi feita uma recuperação na fase final. Se este sprint tivesse sido feito no restante ano a recuperação teria sido de 300%.

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que vejam como está feliz por este aumento de 12%. Os números que referiu foram extraídos do documento distribuído. Salientou a discrepância existente nos documentos. Não inventou nada. Quantos às dívidas perguntou se pode inferir que aquelas constantes da Conta de Gerência de 2002 estão todas pagas. Gostava de saber se este documento se reporta ao inventário

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

completo dos bens móveis e imóveis da Câmara Municipal. Se não, qual o critério utilizado.-- -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que quando falou nos níveis da receita teve oportunidade de referir que era da receita corrente. Não tendo havido aprovação do orçamento em 2003, de facto a grande decalage entre as receitas de capital previstas e realizadas tem a sua razão de ser no atraso e na derrogação da realização de alguns investimentos previstos para 2003. A não venda de lotes do pólo II teve a ver com o atraso na execução da obra. Vai procurar escarpelizar os dados e dar uma informação ao senhor João Paulo Hermenegildo. Relativamente à Praça da República disse pensar que tem a ver com o pagamento do projecto de arquitectura. Quando o senhor Mário Morgado refere a dívida total, teve oportunidade de dizer que a dívida afluída, dada a não aprovação da primeira revisão onde estavam previstos os pagamentos à RESIOESTE, PISOESTE, EDP, transportes escolares, comunicações, que estavam pendentes de cabimentação orçamental, a recuperação tem a ver com a possibilidade do pagamento de obra para onde foram drenadas as possibilidades de satisfação. Não tendo sido aprovada a primeira revisão e havendo disponibilidade de tesouraria, foi a mesma canalizada para o pagamento de pequenas facturas. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira relativamente ao inventário disse que os bens imóveis foram avaliados pela respectiva comissão. Quanto aos bens móveis o critério foi o do custo de aquisição. O inventário está bem longe de estar acabado. -----

-----O senhor vice-Presidente da Câmara disse que a verba do concerto de natal foi de cerca de 100 contos, tendo ainda mais 50 contos pagos por um patrocinador. Quanto ao website a informação que lhe foi dada é que terá a ver com os pagamentos à Clorofila.-- -----

-----A D. Susana Manco (PS) disse que o PS questiona o valor do concerto de Natal onde foram pagos € 1867. Se o vice-presidente diz que foram gastos cem contos, como é que foram pagos 360 contos? É extremamente complicado analisar a situação financeira quando a Chefe de Divisão diz que todos os dias chegam novas facturas. Provavelmente será bom analisar a situação financeira do ano transacto mais tarde. Para o rigor seria preferível. De uma análise geral que fizeram, consideram que as transferências de capital aumentaram 31%, por outro lado o investimento no concelho reduziu cerca de 13%. Se aumentaram as verbas para gastar como é que se faz menos? Também constata-se que as despesas com pessoal aumentaram 15% quando o aumento real foi de 0 %. O aumento nos bens e serviços foi de 29% confirmando o despesismo galopante. As despesas correntes aumentaram 14% o que é contrário à política de contenção do governo. Podem concluir da análise feita a 17.12.2003 que há um despesismo exagerado e um investimento insignificante.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse ter focado situações que se repetem e certamente haverá uma justificação técnica para as mesmas. Como é possível nas obras que têm execução faseada ao longo dos anos, surgirem valores iguais aos aplicados em anos anteriores. Terá havido um desdobramento das obras. ---

-----O senhor Presidente da Câmara disse que dadas as maiores transferências da administração central para o município quando têm na mira investimentos que são

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

feitos, o que está regulado é que não pode haver nenhum desvio. Não estando presente o senhor Chefe da Divisão Técnica tem alguma dificuldade em dar respostas neste momento. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que parte das transferências do estado tiveram algum atraso e têm de ser considerados no ano a seguir. O desfasamento deve-se a não ter havido orçamento em 2003 que provocou anomalias em relação a alguns valores. As informações foram distribuídas a 17.12, aquando da primeira reunião e desde então surgiram algumas situações que são de referir. No que respeita ao pessoal houve um aumento e por isso foi necessária a revisão. De facto há facturas a entrar e por lei podem vir até 40 dias da sua execução. Daí o encerramento de contas ser só em Maio. -----

-----**PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA:** Foi presente a seguinte proposta de protocolo: “Considerando ter esta autarquia todo o interesse em apoiar a actividade desenvolvida pelas Juntas de Freguesia sendo favorável à descentralização de funções; Considerando a necessidade expressa pelos presidentes de Junta de Freguesia de continuarem a contar com o apoio financeiro que tem vindo a ser concedido por esta autarquia nos últimos anos; Considerando o disposto no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o qual autoriza a Câmara, sob autorização da Assembleia Municipal, a delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolo; Considerando que do protocolo têm que figurar todos os direitos e obrigações de ambas as partes, nomeadamente os meios financeiros, a meios técnicos e humanos e as matérias objecto de delegação; A Câmara Municipal de Bombarral, em sua reunião de 09.12.2003, deliberou propor à Assembleia Municipal a celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Bombarral e as Juntas de Freguesia deste concelho, com as seguintes delegações de competências previstas no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro: A) Que sejam transferidas para todas as Juntas de Freguesia deste concelho as seguintes competências: a. Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos; b. Conservação, calcetamento (trabalhos de natureza simples) e limpeza de ruas e passeios; c. Gestão e conservação de pequenos jardins e outros espaços ajardinados; d. Colocação e manutenção da sinalização toponímica; e. Conservação e reparação de escolas do ensino básico e do ensino pré-primário (trabalhos de natureza simples tais como: mudança de fechaduras, vidros e lâmpadas, substituição de louças sanitárias, limpeza do espaço exterior, etc); B) Que, pela delegação supra referida seja atribuído o valor de € 140.700 a distribuir pelas Juntas de Freguesia, pela forma seguinte: - Junta de Freguesia de Bombarral – € 40.500; - Junta de Freguesia de Carvalhal – € 36.500; - Junta de Freguesia de Pó – € 14.600; - Junta de Freguesia de Roliça – € 32.500; - Junta de Freguesia de Vale Covo – € 16.600; C) A Câmara Municipal de Bombarral continuará a assumir o pagamento do montante de € 16,5 por cada sala de aula dos ensinos básico e pré-primário, apesar de ser uma competência nos termos da lei das Juntas de Freguesia no total anual de € 8.662,50. D) A Câmara Municipal de Bombarral fornecerá ainda às Juntas de Freguesia o veneno necessário para os trabalhos de pulverização; E) Que o valor a transferir para as Juntas de

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

Freguesia seja incluída no orçamento para 2004 sendo esta verba transferida em quatro tranches trimestrais durante o ano de 2004.” -----

-----O senhor vice-presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal tentou elaborar um protocolo que tem como objectivo descentralizar competências acompanhadas de transferência de verbas. São alguns passos que deram nos últimos dois anos, pois antes havia um protocolo a delegar uma competência e com uma transferência de 6 mil contos. É apologista da descentralização e das Juntas de Freguesia com mais competências e meios, porque um euro gasto por uma Junta de Freguesia é mais bem aplicado do que se for gasto por uma Câmara Municipal, por estar com um melhor contacto com a realidade. É possível caminharem no sentido de transferir outras competências. Não é obrigatório que as Juntas de Freguesia sejam auscultadas tal como sucede com as colectividades, mas entendeu dialogar com os Presidentes de Junta. O ano passado houve um aumento considerável e este ano houve também um aumento, tendo sido feito um reajustamento e questionada a fórmula de distribuição. Este ano estão € 140.700 no protocolo mantendo-se a fórmula de distribuição do ano passado. Têm longos passos a dar. Entretanto dois presidentes de Junta de Freguesia manifestaram de reunir novamente. Essa reunião já se realizou e numa conversa franca foi dito que a fórmula do FEF devia voltar a ser aplicada. Após algumas horas de diálogo decidiram manter este protocolo mas durante 2004 haveria outra proposta no sentido de aumentar a verba para cerca de € 152.000 com aplicação da fórmula do FEF. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral declarou que “quero dar a todos a minha saudação e os meus votos de ano novo repleto de óptimos êxitos pessoais, familiares e profissionais. À senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça e a todo o seu executivo, saudações especiais e sinceros agradecimentos por nos terem recebido mais uma vez na sua freguesia, aqui na sede do Grupo Desportivo e Recreativo de Azambujeira dos Carros, cujos dirigentes aproveito para cumprimentar e incentivar à continuidade do seu belo trabalho de animação cultural, recreativa e desportiva desta simpática localidade, da qual me considero, desculpem a imodéstia, um filho adoptivo, não fossem, a mãe, os avós e os tios dos meus filhos, naturais daqui. Já tive oportunidade de desejar boas festas a todos em nome da Junta de Freguesia de Bombarral. Pessoalmente quero aqui reforçar os meus votos de Natal feliz e novo ano próspero extensivo a todas as famílias. Dos seis pontos agendados para esta sessão e dos quais já apreciámos alguns, irei pronunciar-me sobre os que considero serem de maior importância para o desenvolvimento da actividade municipal e das Juntas de Freguesia. Antes porém deixo duas palavras de reconhecimento ao executivo camarário pela melhoria significativa verificada na apresentação dos documentos que nos foram entregues. Relativamente ao protocolo com as Juntas de Freguesia, estando ainda longe do ideal apresenta um pequeno reforço de verbas que certamente os órgãos executivos saberão aplicar em prol das populações que servem. Impõe-se que cada vez mais o município aposte fortemente nas Juntas de Freguesia, proporcionando-lhes o apoio certo para um maior dimensionamento dos trabalhos que estas possam levar a cabo em prol do desenvolvimento global do concelho. É necessário haver mais

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

confiança nas Juntas de Freguesia contribuindo para o engrandecimento do seu papel autárquico. Deste engrandecimento beneficiarão certamente todos os munícipes assim como o próprio município tirará também maiores proveitos, já que ocupando as Juntas com o desenvolvimento de pequenas obras poderá libertar os seus próprios meios para os aplicar noutros projectos que pela sua envergadura só ao município competem. Se esta aposta se verificar no futuro, da parte das Juntas não faltarão projectos de recuperação ou até mesmo de inovação dos serviços de utilidade pública. Assim maior crédito seja dado às Juntas, acompanhado de maior exigência, apreciação e controle das suas prestações e logo veremos a força e a qualidade do seu desempenho. De forma justa, equilibrada e com base no dimensionamento das freguesias, na população que servem e nos serviços que prestam, devem as Juntas de Freguesia ter um apoio fortalecido de forma a poderem dar o seu contributo em prol do desenvolvimento por que todos pugnamos. Para tal tem que haver uma concepção orçamental que sacrifique verbas destinadas a situações menos positivas e menos urgentes para o concelho. Sobre o outro ponto bastante importante da agenda de trabalhos: o orçamento e o plano plurianual de investimentos da Câmara Municipal do Bombarral para 2004, que a seguir nos será colocado à apreciação, discussão e votação, intervirei na altura certa.”-

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal declarou que “estando hoje em discussão a proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, irei dar-vos conhecimento acerca daquilo que penso sobre este protocolo. Para a freguesia do Carvalhal os protocolos que nos últimos anos foram celebrados entre a Câmara Municipal do Bombarral e a Junta de Freguesia de Carvalhal, foram muito importantes para que a Junta conseguisse desenvolver mais trabalho e por sua vez resolvesse mais alguns dos vários problemas que afectam os cidadãos da Freguesia do Carvalhal. Está provado que a descentralização de funções nas Juntas de Freguesia é a maneira mais eficaz de com menos verba se conseguir realizar mais obras. Nos últimos 2 / 3 anos, verdade seja dita que o empenho do senhor vereador do pelouro das Juntas de Freguesia – Dr. João Carlos Barreiras Duarte tem sido imprescindível para que chegássemos às actuais delegações de competências. Penso que estamos no bom caminho para que no futuro exista ainda mais descentralização e mais meios para lhe fazer face, para que as pessoas tenham cada vez mais aquilo a que têm direito: uma melhor qualidade de vida.”-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo considerou que quem não conhecesse o protocolo pensaria que tudo são rosas. Se bem que é verdade que têm de agradecer ao vereador João Carlos Duarte pelo empenho na defesa das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia e têm ouvido o descontentamento de alguns Presidentes de Junta porque a Câmara fazia pouco ou nada em algumas freguesias. Para o Bombarral a Câmara aplicou 1088 dias de trabalho, para o Carvalhal 288 dias, para a Roliça 70 dias, para o Pó 34 dias e para o vale Covo 24 dias. Perante esta situação é evidente que se mostraram mais descontentes do que em anos anteriores. A Câmara Municipal não quer investir nas Juntas de Freguesia. Só há uma solução que é as Juntas de Freguesia fazerem o trabalho através da delegação de competências. Cada vez mais querem demonstrar que quando lhes atribuem verbas

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

sabem trabalhar. O Presidente da Câmara não pode ter receio dos Presidentes de Junta de Freguesia. Dos 24 dias de serviço na sua freguesia, 6 foram para montagem e desmontagem de pavilhões. Congratula-se com o trabalho do vereador João Carlos Duarte. Seguramente terão de caminhar muito mais. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral lembrou que a densidade populacional da sua freguesia é 3 vezes superior à do Vale Covo e no Bombarral tem havido obra para a população de todo o concelho e não só para a da freguesia. Os dados não podem ser tomados como exemplo desta forma. As obras no Bombarral são em prol do concelho todo. O trabalho executado na freguesia do Bombarral é igual ou inferior ao executado noutras freguesias. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça lamentou que os 70 dias de trabalho na sua freguesia foram para obras da Câmara Municipal. É pena não serem mais dias porque há muitas obras que continuam paradas. É pena a Câmara Municipal de Bombarral não dar mais valor às Juntas de Freguesia – todos lucravam com isso. Não quer deixar de dar os parabéns ao vereador João Carlos Duarte pelo bom trabalho que tem feito em prol das Juntas de Freguesia e estima que continue a fazê-lo. ----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal lembrou a todos que a freguesia do Carvalhal corresponde a 1/3 do concelho. Se há freguesia prejudicada é o Carvalhal.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse que os dias que referiu dizem respeito à freguesia. O que está em causa é que a Câmara Municipal deve aplicar os seus trabalhos em prol das freguesias e não das Juntas. Os cidadãos do Vale Covo merecem tanto quanto os do Pó, Roliça, Carvalhal e Bombarral. A Câmara Municipal terá de ter mais atenção às freguesias e não só ao núcleo urbano do Bombarral. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que não encontrarão dificuldades em aceitar que não há nenhum critério em termos de planificação dos trabalhos que não o de reparação de algumas danificações. Sempre teve com as Juntas de Freguesia a atenção solicitada, nunca se tendo fechado a dar a sua colaboração quando alguma questão lhe é colocada. Foi eleito para servir e não para se servir. Sempre que lhe colocam alguma questão procura ser célere. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó considerou irónico vir-se falar no número de horas de trabalho nas freguesias. O Pó não tem nada em 2002 e 2003. O número citado não corresponde à realidade. A única intervenção na freguesia foi de reparação nas estradas que era competência da Câmara Municipal. O Pó por certo que não é beneficiado. Relativamente ao protocolo pensa que é o que se pode ter em face da situação financeira, mas devia haver um maior esforço para reforçar as verbas. Assim é muito limitado para as necessidades que sentem. Podem fazer mais e melhor se tiverem a parceria da Câmara Municipal. Durante a discussão do protocolo levantou-se a questão de algumas juntas o cumprirem e outras não. A Junta de Freguesia do Pó faz mais do que devia. Na escola primária depararam-se com problemas que não eram trabalhos de natureza simples como a pintura do interior e a

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

limpeza do telhado. Aproveitaram o protocolo e fizeram mais com o orçamento da Junta. Mais uma vez apela para que aja uma pequena aproximação das Juntas de Freguesia mais pequenas às maiores para que possam crescer de forma equilibrada e sustentada. -----

-----Colocada a proposta de delegação de competências Juntas de Freguesia à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 104 M² SITA NO VALE PATO EM BENEFÍCIO DO DOMÍNIO PRIVADO: Por proposta da Câmara Municipal de Bombarral e apreciada a informação n.º 08/SPA-2003, foi deliberado por unanimidade e em minuta autorizar a desafecção do domínio público de parcela de terreno com a área de 104 m² que diz respeito a parte de serventia pública sita no Vale Pato, freguesia de Vale Covo, que confronta do Norte com Dina Amélia dos Reis Ceia e outro e estrada, do Sul com Dina Amélia dos Reis Ceia e outro, do Nascente com serventia e do Poente com Dina Amélia dos Reis Ceia e outro. -----

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 368 M² PARA ANEXAR AO PRÉDIO 103 F DA FREGUESIA DE BOMBARRAL: -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse tratar-se da desafecção do domínio público da pequena área relativa a serventia antiga. Estando para ser executada permuta de terrenos com o Centro Social Paroquial relativamente ao terreno onde estão as instalações da GNR com o antigo lar de idosos, esta pequena área é para anexar ao lote de terreno e para poderem progredir na escritura de permuta. -----

-----A D. Maria Los Angeles (CDU) disse que andaram anos a perguntar pelo pagamento do terreno do quartel da GNR e da última vez foi-lhes dito que estava pago, mas pelos vistos parece que não foi o caso. Diz-se que existe necessidade de permuta do terreno mas o mesmo consta do inventário de 2003 como sendo da Câmara Municipal. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que ao tempo da construção do edifício da GNR a Câmara Municipal obteve permissão para utilizar o espaço. Durante alguns anos houve a procura de definição da titularidade do terreno, todavia não havendo prova efectiva de outra detenção foi esta a solução encontrada. Esta forma de resolução está já solidificada há algum tempo pelo que não pode a Câmara Municipal dizer que é detentora da posse. -----

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a desafecção do domínio público de uma área de 368 m² respeitante a parte de serventia pública para anexar aos 952 m² restantes do prédio 103 F da freguesia de Bombarral, a confrontar do Norte com Vítor Manuel Gomes da Silva Carvalho e outro, do Sul com Câmara Municipal, do Nascente com Av. Dr. Joaquim de Albuquerque e do Poente com Câmara Municipal. -----

ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO 2004: -----

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que as receitas correntes representam 43% da totalidade das receitas e as receitas de capital 57%. As despesas correntes representam 39% da totalidade das despesas e as de capital 61%. Assim sendo, poder-se-á dizer que as receitas correntes são superiores às despesas correntes, pelo que não só a totalidade das receitas de capital são totalmente afectas ao investimento bem como parte das receitas correntes, o que revela um esforço adicional na canalização de verbas para a área do investimento em detrimento das despesas de funcionamento. Sendo regra importante da apresentação do orçamento o respectivo equilíbrio, está a mesma cumprida. No que toca ao PPI após a elaboração do borrão foram levadas a cabo reuniões com todos os grupos municipais para identificar as questões mais candentes e eliminar as maiores diferenças. No aspecto das grandes opções vão ser aprovados em 2004 o Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Plano de Valorização Urbana e estão em andamento a revisão do PDM, o Plano de Urbanização da Vila e diversos Planos de Pormenores.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral declarou que “chegada a altura da apreciação, discussão e votação da proposta de orçamento e plano plurianual de investimentos da Câmara Municipal do Bombarral para 2004, permitam-me que refira que também aqui o executivo camarário deu alguns passos significativos: elaborou o documento que será o seu guia para execução de obras de compromisso para com os munícipes, fê-lo com evidente maior clareza e o que considero mais importante foi o facto de ter atendido a algumas sugestões extremamente importantes que lhe foram aconselhadas por vários sectores representados nesta assembleia. Mexeu a despesa corrente de forma a não comprometer o desenvolvimento da sua acção e o cumprimento do dever que tem para com os munícipes e procurou distribuir as actividades a levar a cabo de forma equitativo pelo território da sua competência. Das obras previstas para a freguesia do Bombarral bem como do plano de actividades a desenvolver, só quero referir que a serem executadas, e para tal cá estamos para acompanhar o seu desenrolar, as mesmas vão de encontro às necessidades actuais da população que serviços. No plano da educação, cultura, desporto, funções económicas, transportes rodoviários e sobretudo no campo do ordenamento do território as rubricas estão previstas e contempladas de forma a permitir um trabalho extremamente importante para o progresso que se deseja. Não podemos é continuar com incertezas relativamente à execução destes projectos. Não podemos nem devemos privar uma vez mais o executivo camarário de ter o instrumento legal que lhe permita trabalhar, sob pena de estarmos a comprometer o progresso. Tudo o que for feito hoje terá repercussões no futuro, da mesma forma quer o que não for feito comprometerá igualmente a forma de vida de todos nós. Não sendo este o orçamento ideal para a oposição, porque se trata de um orçamento apresentado por quem tem agora a missão de governar, estou convicto que pese embora as críticas e discordâncias que eventualmente aqui sejam apresentadas sairá da discussão e apreciação a sua viabilização para que a Câmara Municipal possa continuar o trabalho para que foi empossada e dar resposta às minhas solicitações e às dos meus colegas Presidentes de Junta, muitas delas aqui apresentadas ao longo de várias sessões.

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que em 2002 a oposição deu o benefício da dúvida em relação a tantas certezas que tinham de uma não gestão orçamental. A não utilização do diálogo em 2003 levou a que não houvesse orçamento, o que é uma tragédia que não é boa para ninguém. Finalmente o PSD apercebeu-se que já não tem maioria absoluta valendo-lhe o voto de desempate do senhor Presidente da Câmara. Aqui há que haver diálogo e não tentativa de impor ideias. Este ano houve diálogo e algumas questões foram ouvidas porque os vereadores do Bombarral Primeiro lutaram muito para diminuir a despesa corrente. Embora houvesse diálogo, a verdade é que este não é o orçamento ideal da oposição nem o orçamento do Bombarral Primeiro. Têm a impressão digital no orçamento mas fariam melhor. Os vereadores do Bombarral Primeiro têm pedido o contrato programa do estádio e este nunca lhes foi apresentado. Perguntou de que quadro comunitário de apoio vêm € 1.250.000 para o estádio municipal, para terem a certeza de que aquilo que estão a discutir tem execução.-----

-----A D. M.^a Los Angeles (CDU) disse que no respeitante a segurança e ordem pública este orçamento tem uma verba para o quartel dos Bombeiros Voluntários que é uma mera abertura de rubrica, mas não encontram nenhuma verba para reparação do actual quartel, que é uma obra urgentíssima. Na educação continua a estar a construção do centro tecnológico / escola profissional, e só gostava de saber se é desta que se tem alguma ideia do que se pretende fazer. Há uma verba de € 4.500 para outras actividades, pelo que questiona quais são. O mesmo com a rubrica de outras actividades da acção social, questionando se será nesta verba que está a construção do canil / gatil que em 2003 o senhor vereador António José Faustino prometeu à Associação Amigo Fiel. Quanto à habitação social depreendem que é a do Salgueiro, pelo que gostava de saber se São Mamede ficou esquecida. A rede de esgotos de A-dos-Ruivos desapareceu. O material de transporte de resíduos sólidos tem uma verba de € 1000 para € 82.400 previstos, pelo que gostaria de saber do que se está a falar. No comércio e turismo há um investimento de € 50.000, solicitando informação a que se destina. Solicitou igualmente informação sobre as verbas de € 5.000 no turismo e € 807 para material promocional. Quanto à verba para protocolos gostava de saber se a verba é toda para a LA PECOL. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal solicitou esclarecimentos do senhor vereador da educação sobre para quando está prevista a pré-primária do Barrocalvo porque a actual está num estado lastimoso. Questionou o porquê do desaparecimento da rede de esgotos de A-dos-Ruivos. Gostava de ter a certeza que na construção de polidesportivos está o do Salgueiro. Na rede viária muita coisa desapareceu na freguesia do Carvalhal. Na habitação social deduz que se está a falar da do Salgueiro. Também desapareceu do orçamento o muro de suporte à entrada da Rua da Fonte Velha no Salgueiro, o emalilhamento no Barrocalvo e o arranjo dos largos no Sobral Parelhão e no Sanguinhal. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que as verbas para o parque desportivo vêm da medida desporto. A figuração no PPI de uma pequena verba para o quartel dos Bombeiros é uma situação autónoma e que emerge da relação com a

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

Câmara Municipal de Bombarral e tem a ver com a localização do mesmo. Quanto ao actual quartel vai procurar obter orçamento para um telhado novo e depois procurará que as coisas cheguem a bom termo. O centro tecnológico deve ficar na confluência dos concelhos de Bombarral, Cadaval e Lourinhã nos terrenos classificados como ZIO. O saneamento de A-dos-Ruivos não figura porque em PPI ficaram as obras que têm subvenção e apoio comunitário. Vai procurar desenvolver as obras de pequena monta logo que o orçamento esteja aprovado. Quanto á recolha de resíduos sólidos na versão inicial figurava a intenção de aquisição de uma viatura deixando assim de se recorrer à aquisição de serviços. Após reunião com os vários partidos e movimentos e tendo em consideração os contributos recebidos, achou por bem ficar a verba em aberto. Para a rede viária estão previstos os projectos que têm apoios comunitários.-----

-----O senhor vice-Presidente da Câmara disse que a verba de € 50.000 na rubrica comércio e turismo tem a ver com o URBCOM. Os € 5.000 no turismo são para a semana gastronómica e os € 4.000 para o folheto turístico e participações nalgumas feiras. Quanto aos € 807, gostava que as verbas fossem superiores, não o sendo destinam-se a adaptar algum material que a RTO está a elaborar e que as autarquias vão aproveitar.-----

-----O senhor vereador António José Faustino disse que na acção social a rubrica outras actividades diz respeito a colóquios e outros encontros e ao programa Viver a Vida e com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Quanto ao canil municipal teve uma reunião com a direcção da Amigo Fiel, estando o mesmo em mente. A habitação social é a do Salgueiro. As verbas para o parque desportivo dizem respeito a uma candidatura ao III QCA – medida desporto e correspondem a 130.000 contos. No PPI vem referenciada a percentagem porque assim exigem as candidaturas. Em relação aos polidesportivos é para avançar onde a Câmara tem terrenos – Pó e Salgueiro. -----

-----O senhor vereador Jorge Costa Pereira disse que a pré-primária do Barrocalvo não tem condições para funcionar. Ofício ao CAE para tentar encontrar outra solução. Da sua parte resolver este problema é uma prioridade absoluta. Acerca da verba de € 4.500 para a educação é a designação imposta pelo POCAL e é uma verba escassa para fazer face a todas as obras que vão surgindo ao longo do ano. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que na pulverização da habitação social por todo o concelho, São Mamede não está esquecida. O terreno pertence ao IEP e em 2003 foram feitas algumas diligências. Quanto ao terreno para a pré-primária do Barrocalvo, julga haver abertura do proprietário mas vai procurar confirmar. -----

-----O senhor Paulo Pereira (PSD) solicitou esclarecimentos sobre o arranjo urbanístico da Praça da República. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça solicitou esclarecimentos sobre as pré-primárias de Azambujeira e Delgada, sobre os polidesportivos de São Mamede e Delgada e sobre o cemitério da Roliça. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) solicitou um esboço das prioridades do executivo. Preocupa-o o PDM, na medida em que é uma questão de extrema urgência. Esta revisão vinha prevista no orçamento de 2002 com um averba de

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

€ 45.000 e com conclusão em 2004. Neste orçamento tem uma verba de € 165.000 e o prazo vai-se alargando e o PDM continua na mesma. Estamos num concelho em que 25% da população vive no sector primário e a classe política tem de ter preocupações sobre a agricultura e fica triste quando vê que os investimentos na agricultura são de € 13.000 (0,1% do orçamento). Isto não tem expressão nenhuma. Questionou qual a estratégia que o executivo tem para este sector. Comparem-se os investimentos na agricultura com os investimentos no desporto (10,8% do orçamento). Questiona qual o peso relativo destes sectores e quais as linhas de desenvolvimento. -----

-----A D. Susana Manco (PS) fez votos para que 2004 seja um ano de mudança na política nacional na área da agricultura, que tem sido deveras prejudicial para os pequenos agricultores. Gostava que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse o que aconteceu às despesas não cabimentadas. Estão neste orçamento? E quais os totais? Gostava de saber se algumas das despesas não pagas e não cabimentadas são referentes ao Festival do Vinho. Questionou a situação do canil municipal. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que o arranjo urbanístico da Praça da República tem já projecto aprovado pela Câmara Municipal e insere-se na medida 1.5. O GAT já começou a elaborar o projecto da escola pré-primária da Delgada que está em ultimização. Dada a questão da frequência, a Azambujeira era uma das situações que o CAE estava disposto a analisar. A ampliação do cemitério da Roliça está prevista. Quanto à escola da Delgada, dado a única proposta ser superior em 25% ao orçamento inicial é necessário corrigir procedimentos. A revisão do PDM é a 1.ª prioridade, estando marcada para os próximos dias a celebração do contrato. Nas verbas para a agricultura está aberta a possibilidade de serem desenvolvidas algumas actividades, não deixando de procurar apoiar e fazer parcerias. A circunstância de ter sido reprovada a 1.ª revisão orçamental impediu alguns pagamentos e essas verbas estão para cabimentar no actual orçamento. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que as grandes opções do plano contemplam os investimentos e as actividades mais relevantes. Há verbas que estavam incluídas na 1.ª revisão e que ainda não estão cabimentadas. Há algumas rubricas que podem vir a perigar. -----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que o contrato relativo à revisão do PDM foi assinado em 31.12.2003. -----

-----O senhor vereador António Faustino disse que em relação aos polidesportivos a verba não é só para o Pó e Salgueiro. Estes irão arrancar de imediato porque têm projectos aprovados. A cobertura do polidesportivo de São Mamede é uma obra que lhe agrada mas a verba está em transferências de capital para as colectividades porque não é uma obra da Câmara Municipal. -----

-----O senhor vereador Jorge Costa Pereira disse que a verba de € 100.000 é para as pré-primárias de Delgada, Azambujeira e Barrocalvo, duvidando que se consigam lançar as 3 em 2004. Disse que já cá faltava a intervenção do senhor João Paulo Hermenegildo. Ou o senhor João Paulo Hermenegildo quer ter uma postura séria ou então quer lançar areia para os olhos das pessoas. As competências da Câmara Municipal na área da agricultura são zero. Quem define as políticas agrícolas é o

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

governo. Até agora nunca houve nenhum pelouro na Câmara Municipal de Bombarral que se preocupasse com a agricultura. Deixemo-nos de demagogias fáceis. O que fazemos é divulgação e promoção. O contrato do PDM está assinado e é prioridade total e absoluta. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que não há verbas do Festival do Vinho por pagar. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo questionou onde está o documento discriminativo dos trabalhos nos alcatroamentos nas freguesias. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) lembrou que existe um prato que é o Bacalhau Fingido e estas explicações parecem um orçamento fingido. Não está satisfeito com as falhas reais de previsão orçamental. O Presidente da Câmara entende que em tempos de recessão o melhor é inflacionar o orçamento em 40%. Quanto ao PPI verificam que tem em verbas definidas € 9.143.000, depois para financiamento não definido € 3.970.000, o que soma € 13.140.000. Mas o orçamento são € 14.500.000 e depois há € 3.345.000 para pessoal. Somando tudo dá € 16.460.000 para poder cumprir tudo o que está previsto. Ou se vai executar o que está previsto e não se paga aos funcionários ou então estão previstos investimentos que não são para executar. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que os 50% do parque desportivo que todos pensavam ser do montante total do projecto, chegam à conclusão que são 130.000 contos. O que quer dizer que no final ficam à conta da Câmara 300.000 contos. Houve um colóquio no dia 14.11 e uma sessão temática em 21.11 sobre o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. A Câmara Municipal assinou uma carta compromisso com o Governo Civil de Leiria sobre a colocação em orçamento de uma verba para remoção das barreiras arquitectónicas. Não vê essa verba em orçamento. Se há, qual o montante? A lei do direito de oposição diz que têm direito a espaço e apoio administrativo. O BP pediu na primeira reunião um espaço para o exercício da actividade física e os vereadores do BP não têm nem espaço nem apoio administrativo. Sabe que a Câmara está em obras mas o gabinete do ex-chefe de gabinete podia servir para todos. É importante para a sua tomada de posição saber se os vereadores vão ter espaço e apoio administrativo. -----

-----Pelas 01.00 horas foi deliberado por unanimidade prolongar a reunião por mais uma hora. -----

-----Seguidamente o senhor José António Gordinho (BP) retirou-se da Mesa e ocupou lugar junto da bancada do BP afim de usar da palavra. -----

-----O senhor José António Gordinho (BP) declarou que “As Grandes Opções do Plano apresentadas pela C.M. Bombarral, não são mais que simples intenções de obras e actividades, que em nada vão adiantar para o desenvolvimento do concelho do Bombarral, pois como é provado á evidência dos números, as despesas de capital vêm a descer desde 2002 a um ritmo de mais de 30%, mesmo considerando a execução paupérrima em 2001 de 2.847.951 euros (570 mil contos). Do empréstimo contraído junto da CGD em 29 de Junho de 2001 no total de 1.271.934.64 euros (255.000 contos) para Investimentos/Rede Viária e Outros, encontra-se ainda por utilizar uma verba de cerca de 600.000 euros (120.000 contos). O que demonstra mais

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

uma vez a falta de iniciativa e de realização de obras. Como obras de enorme vulto descritas neste PPI temos: Programa Valorização Urbanização da Vila - Valorização espaço público no valor de 1.475.000 euros, não tem financiamento definido para 2004 e o valor restante é atirado para anos seguintes. Praça de República com o valor de 1.045.538 euros não tem financiamento definido para 2004 e o restante no montante de 750.000 euros é atirado até 2007. (Esta obra já tinha em 2003 verbas definidas, que agora foram desviadas para o Estádio Municipal). Reforço de abastecimento de água da vila do Bombarral obra no valor total de 1.380.000 euros comparticipada em 65% por Fundos Comunitários, em que o esforço CMB é de 483.000 euros (97.000 contos) só foram considerados para 2004, como verba definida a ridícula quantia de 140.000 euros dos quais são de desembolso da própria autarquia o valor de 49.000 euros (10.000 contos). O restante foi passado para o ano seguinte ou seguintes, conforme convier à gestão camarária. Sistema de Telegestão / Telemetria obra no valor total de 1.000.000 de euros (200.000 contos) tem financiamento definido de 50.000 euros (10.000 contos) verba da responsabilidade total da autarquia. Habitação Social no valor total de 625.000 euros (125.000 contos) comparticipada pela Administração Central em 50% foram considerados 75.000 euros (15.000 contos) como definidos, dos quais são encargos da autarquia 37.500 euros (7.500 contos) sendo 5 0.000 euros (10.000 contos) como não definidos e os restantes 500.000 euros (100.000 contos) Para o ano de 2005 ou seguintes como melhor entender a " belíssima" gestão a que temos vindo a assistir desde o início deste mandato. A estes exemplos bem poderíamos infelizmente juntar outros. E tudo isto para que a prioridade máxima deste concelho (no entender do PSD) seja o Estádio Municipal do Falcão, obra nesta fase orçada em 2.476.500 euros (497.000 contos), tendo já sido gastos em 2003, 320.000 euros (64.000 contos), com o valor definido para 2004 de 1.050.000 euros (211.000 contos), não definido de 56.500 euros (11.000 contos) e o restante 1.050.000 euros (211.000 contos) para 2005, ou seja, antes das eleições, e eis a obra emblemática do concelho do Bombarral em todo este mandato. Mais uma vez o Bombarral fica adiado pois o grande investimento que deveria ser numa verdadeira zona de actividades empresariais para dotar o concelho de mais emprego e consequente riqueza fica adiada, e o Bombarral a prazo não será mais que um concelho esquecido e empobrecido e a viver ao sabor das boas vontades de um Estado Central que cada vez nos olhará com maior desconfiança. Vamos durante o ano de 2004 ser mais exigentes na Comissão de Acompanhamento do Orçamento, bem como do cumprimento do Regulamento Interno e das auditorias interna e externa que no mesmo são estabelecidas. Por tudo o que ficou dito, este não é de maneira nenhuma o nosso orçamento, no entanto, pouco do que ele encerra de positivo, foi trazido pelos vereadores do Movimento " BOMBARRAL PRIMEIRO " como por exemplo, o travão possível nas despesas correntes (menos 100 mil contos do que estava proposto pelo Presidente Albuquerque Álvaro), para possibilitar a inclusão de algumas obras de grande importância para o Concelho como: - Aquisição de terrenos para a criação de uma verdadeira zona de actividades económicas - 400.000 euros em 2004. - Construção das Escolas Pré-Primárias de Delgada; Barrocalvo e Azambujeira dos Carros - 120.000 euros em 2004 e o restante no valor de 405.000 euros até 2006. -

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

Rede Adutora de Vale Côvo - 381.000 euros em 2004, e os restantes 381.000 euros para 2005. Continuamos, no entanto, a reiterar a nossa preocupação no aumento descomunal das despesas correntes que de 2001 até este orçamento para 2004 passaram de 3.795.184 euros (760 mil contos) para 5.679.977 euros (1.142 mil contos) Ou seja mais 382 mil contos (cerca de 127.000 por ano) correspondente a um aumento de 50% em 3 anos.”-----

-----O senhor João Manuel Alves (CDS/PP) solicitou esclarecimentos sobre a intervenção na estrada Portela / Sanguinhal, sobre o parque de campismo do Picoto e sobre a dinamização do comércio tradicional. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que o senhor vereador Jorge Costa Pereira não tem de se indignar com as questões dos deputados municipais. A sua indignação só pode vir de não ter estratégia para os seus pelouros. Já na última assembleia municipal partiu para o ataque pessoal. Não tem política para o pelouro da agricultura. Quando o Presidente da Câmara lhe atribuiu o pelouro era para ter uma política. O vereador Costa Pereira é que está a mandar areia para os olhos das pessoas. Podia e devia dizer qual é a sua política. É lamentável estar à 6 meses à espera de uma resposta da DRARO. Se não teve resposta devia ter ido à procura dela. A sua política para a agricultura são umas charcas e mandar ofícios para o Ministério da Agricultura e fica satisfeito com isso. O vereador Costa Pereira tem tantas responsabilidades como o Presidente da Câmara para estas questões. Observou que no protocolo do ciclismo o vereador Costa Pereira apressou-se a arranjar um mecanismo para garantir a verba, mas não viu essa preocupação noutras matérias.----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) referiu que quando não se pode fazer manda-se as culpas para os outros. O senhor Presidente da Câmara disse que as verbas não pagas porque a 1.ª revisão não foi aprovada estão agora cabimentadas. Perguntou como é que se pode cabimentar em 2004 verbas gastas em 2003 e se isso é legal. Se tem cabimento então tem de ser dívida. Também disse que não há facturas por pagar do Festival do Vinho mas tem a informação de que não foi paga a despesa com os artistas que actuaram no Jantar do Festival do Vinho. Sobre alguns procedimentos que levaram a este documento houve uma redução de € 500.000 e isso é louvável mas não podem concordar com a forma como essa redução foi feita: de qualquer maneira. Tem de haver prioridades. Não se pode descurar a educação e determinados investimentos. Ficaram espantados com o caminho feito até aqui. Concorda com os adjectivos de inadmissível, exagero e inoportuno, proferidos pelo senhor vice-Presidente da Câmara na reunião de 15.12.2003 relativamente à contratação de pessoal e aquisição de peças. Também concorda quando disse que vamos ter uma atrofia orçamental. Concorda inteiramente com esta postura. Só discorda com a postura do senhor vice-Presidente da Câmara quando diz que está disponível para ser vereador sem pelouros porque é mais fácil e que assumam todos que não vai haver Festival do Vinho. Perante a leitura das actas como é que os Bombarralenses podem confiar no vice-Presidente da Câmara quando este deve ser o elemento de estabilidade e confiança do Presidente da Câmara. Como podem confiar quando o vice-Presidente da Câmara foi o elemento mais crítico nas reuniões da

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

Câmara Municipal e até votou a favor. O vice-Presidente da Câmara traiu a confiança de quem votou no PSD e no vice-Presidente da Câmara para ser o braço direito do Presidente da Câmara e que entende ter uma postura de crítica contínua. Não se pode candidatar a qualquer órgão porque está a descredibilizar a gestão e ajuda a desestabilizar mais. A prova está em 16.12 quando diz que não houve coragem nem carácter político para se baixar onde se devia tendo havido receio de forças internas e externas, prejudicando outras situações importantes. Que forças são estas? Depois destas acusações gravíssimas não entende como permanece no lugar. Qualquer coisa está mal. O PS critica mas são bombarralenses que querem desenvolvimento e não desestabilizar. Querem um orçamento que espelhe uma estratégia e não compactuam com sessões para resolver questões partidárias do PSD. O nível da discussão política chegou muito lá abaixo. Estas atitudes que se estão a passar na Câmara Municipal são de alguém que está prestes a abandonar o barco.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a verba para alcatroamentos corresponde a investimentos nos troços previstos para 2003. O teatro Eduardo Brazão tem a sua finalização prevista para 2004. Os largos de São Mamede e Sobral do Parelhão implicam verbas menos elevadas e poderão ser executadas através da rubrica de arranjos. A Câmara Municipal subscreveu a carta compromisso em Leiria e não havendo uma verba definida em termos objectivos, existe uma verba global para arranjos, estando a ser feita a priorização das intervenções para ver o que pode ser feito pelos serviços e o que tem de ser adjudicado. São obras para executar em 2004. Tendo em conta as actuais instalações teria dificuldade em haver um espaço para os vereadores do BP mas com o arranjo que vai ser feito concerteza que poderá vir a disponibilizar espaço. A correcção das curvas da Portela corresponde ao que consta dos documentos distribuídos aos grupos municipais. Quanto ao parque de campismo está aprovada a execução, mas o que vai ser executado são os alvéolos e os arruamentos. O corte dos € 500.000 não foi feito a esmo. Foram escolhidos alguns montantes significativos onde teria de haver maior rigor e foi a Câmara Municipal que definiu onde o aplicar. -----

-----O senhor vereador António José Faustino disse que nunca foi referido por ninguém que a candidatura do parque desportivo era pela sua totalidade. A candidatura aprovada foi para o estádio municipal porque o III QCA só financia o que é o desporto, a bancada, por exemplo, não é elegível. O Secretário de Estado do Desporto disse oportunamente que haveria hipótese de haver novo contrato programa. -----

-----O senhor vereador Jorge Costa Pereira disse que a verba prevista para o comércio é a verba possível mas constam também € 50.000 para o URBCOM. Reiterou o que disse. Não foi enviado um ofício à DRARO mas sim um documento com vários mapas, saído de várias reuniões e várias visitas com um conjunto de agricultores que pediu ajuda para resolver o problema da falta de água. Esta é a política agrícola do concelho. Qual a política da Câmara na saúde, na justiça, na economia e finanças? Também há um vereador com o pelouro da saúde.-----

-----O senhor vice-Presidente da Câmara disse que há semelhança do que disse o senhor vereador Jorge Costa Pereira também já estava a sentir falta da intervenção

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

da deputada Susana Manco dirigida a si. Há uma série de inverdades naquilo que foi dito, tentando dar uma imagem sua falsa. Em democracia é livre de pensar e de dar a sua opinião. O que fez foi manifestar as suas opiniões e o que ficou em acta foi uma intervenção. As frases citadas podem fazer parecer com façam uma interpretação abusiva e se tentem levantar fantasmas. Parece que a senhora Deputada Susana Manco está com medo que ele venha a ser candidato a algum órgão autárquico. Quando a senhora deputada Susana Manco fizer o seu trabalho, se fizer 1% do que ele tem feito, cá estaremos para falar. Lembrou que o PS recebeu o dinheiro para a construção do Pavilhão Desportivo e o deixou com o telhado roto e ele é que teve de arranjar 70.000 contos para acabar a obra. A deputada Susana Manco está a tentar fazer crítica fácil e a manipular os argumentos. As questões do PSD resolvem-se internamente, nunca na Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem trabalho desenvolvido com as questões da agricultura dentro das suas possibilidades, como são o caso do Festival do Vinho e da Feira Nacional da Pêra Rocha e o MARL. É o que é possível não havendo responsabilidades directas da Câmara. -----

-----A senhora D. M.^a Los Angeles (CDU) declarou que “Mais uma vez este plano e Orçamento para 2004 enferma dos males dos anteriores afectos a esta maioria executiva. Continuam-se a aumentar as despesas correntes sem as respectivas contrapartidas nas de capital. Apontam-se, de facto, como obras a efectuar aquelas que foram financiadas pelo III Quadro Comunitário de Apoio, e mesmo estas, duvidamos de parte da sua execução. é pouco, muito pouco. A CDU deixou muito claro aquando da sua reunião com o Sr. Presidente da Câmara que não aceita que a 1.^a prioridade de execução desta Câmara seja o Estádio Municipal e não a construção de uma zona industrial digna desse nome. Primeiro deve-se investir nas actividades produtivas, porque são elas que geram riqueza e posteriormente é que devemos investir nas infraestruturas desportivas. É sabido que esta não é a perspectiva do PSD nem sequer do Sr. Vereador do Partido Socialista que tem reiterado quer no executivo quer na comunicação social que esta é a grande obra que tenderá a dar o passo em frente no que diz respeito ao desenvolvimento do Bombarral. O Futuro dirá quem tem de facto razão. Os montantes apontados como necessários para a execução deste orçamento são deveras irreais tendo em conta a crise económica que assola o nosso país e que tem sido agravada com a política seguida pelo governo, fruto do trauma do défice público. Assim perguntamos como consegue este executivo prever um aumento de 2.862.919 Euros de receitas de capital a mais que as previstas para 2003? (em 2003 previa 5392045 E e em 2004 prevê 8254964 E) Continuamos a fazer de conta, e isto não é só a CDU que diz, mas também o SR. Vice Presidente da Câmara que na reunião de 15 de Dezembro de 2003 disse : “ Estamos a enganar-nos uns aos outros. O dinheiro não cresce, nem vamos ter mais receitas em 2004 e vamos ter uma atrofia orçamental” e continua dizendo” Continuam-se a aumentar as despesas correntes e não as de capital” tendo consciência que “ temos de ser realistas porque vamos pagar isto caro”. Nós concordamos de facto com estas observações do Sr. Vice-Presidente da Câmara. Face ao referido perguntamos afinal quem é que acredita na veracidade deste documento que nos foi apresentado, quando é o próprio Vice-Presidente da Câmara

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

que claramente refere que este documento não tem credibilidade. As obras previstas necessitam de fundos próprios, montantes que nós duvidamos que possam vir a ser recolhidos, mesmo tendo em conta que continuam a existir verbas provenientes de empréstimos associados a estas obras cofinanciadas, mas que nem assim foram executadas, o que é bem demonstrativo da incapacidade de execução de quem nos governa no nosso concelho. Não podemos dar cobertura a planos e orçamentos desta natureza, porque isso seria não respeitarmos os votos de quem em nós confiou. E não gostaríamos de acabar sem lembrar que estamos a meio deste mandato, pelo que iremos apontar apenas algumas das promessas eleitorais do PSD. Assim temos: - Revitalização da linha férrea do Oeste - Criação de novos postos médicos - Apoio à criação de novos centros de dia para idosos - Melhoria da qualidade da água - Criação de novos espaços verdes - Limpeza de todo o concelho (aquisição de varredora mecânica/ aspiradora) - Recuperação das margens do rio real e criação de corredor verde - Conclusão da ampliação do cemitério do Sr. Jesus do Carvalhal - Construção do cemitério da Azambujeira dos Carros - Ampliação do cemitério da Roliça - Criação do Pelouro do comércio e da Indústria - Dinamização do Comércio tradicional - Construção do parque de desportos de rua e desportos radicais - Conclusão da rede de Polidesportivos (Baraçais, Barrocalvo, Bom Vento, Columbeira, Delgada, Pó e Salgueiro) - Apoio a iniciativas desportivas que promovam e valorizem o concelho (devem ser os 24 mil contos gastos com o patrocínio à La Pecol) - Apoio para a construção do Centro de artes e profissões tradicionais do Oeste - Criação de uma quinta pedagógica no Picoto - Construção do novo quartel dos Bombeiros Voluntários - Criação do Gabinete de apoio personalizado ao cidadão - Modernização e simplificação administrativa - Melhoria da qualidade dos serviços do Município - Reestruturação do Mercado Municipal - Criação e remodelação de parques de estacionamento - Criação do Museu do Vinho e da Vinha - Elaboração de um plano estratégico de Turismo para o concelho - Criação da casa da Juventude do Bombarral. Agora comparem parte do prometido com o que vem previsto neste plano para o 3º ano deste mandato e perguntem-se com que desculpa irão os eleitos do PSD responder no futuro próximo àqueles que os elegeram segundo o slogan “ Por um Bombarral Feliz e Positivo”.-----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) declarou que: “O CDS Partido Popular reuniu e analisou com o Senhor Presidente da Câmara a proposta de Orçamento e Opções do Plano do Município do Bombarral, para o ano 2004, em consequência, o CDS Partido Popular emitiu a sua opinião e definiu as reivindicações mínimas, cuja satisfação pelo Executivo permitiria dar condições ao seu vereador e deputados municipais para analisarem e viabilizarem ou não viabilizarem a sua entrada em vigor. O CDS Partido Popular, através do seu Vereador dos seus Deputados Municipais e através da sua Comissão Política Concelhia, analisou a proposta de Orçamento e Plano de Actividades do Município do Bombarral, para o ano 2004, E se na nossa intervenção sobre a distribuição de prendas de natal não fizemos nenhum balanço sobre o estado das coisas no Concelho do Bombarral, não podemos deixar de dizer agora que: A política do CDS Partido Popular tem como finalidades básicas da sua estratégia. Fazer do Bombarral um concelho, forte e prestigiado que se assuma cada vez mais como um

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

concelho de progresso que ultrapasse os seus limites administrativos. Incrementar a qualidade residencial, de comércio, serviços e equipamentos, públicos e privados, compatível com as exigências do desenvolvimento económico e sobretudo da Região Oeste em que se Insere. Incrementar a qualidade ambiental e urbanística como facto é essencial para um desenvolvimento equilibrado e competitivo, apostando na qualidade dos cursos de água e dos espaços verdes, na beleza e manutenção dos espaços públicos, assim como na qualidade arquitectónica das edificações e respectivo enquadramento paisagístico. Centrar a sua política num real "Compromisso com o Bombarral" e este compromisso, pressupõe uma forte prioridade ao investimento na segurança, na educação e na promoção e dinamização social, económica e cultural. Este compromisso implica uma atitude de diálogo e parceria com os cidadãos as suas instituições e todas as forças políticas, que congregue e potencialize esforços e recursos, num projecto global, de desenvolvimento da comunidade Bombarralense e de toda a Comunidade Urbana da Região Oeste. A actual gestão camarária concentra a maior parte do seu esforço na transformação de alguns arruamentos e espaços públicos, deixando outros sem a mínima manutenção. A Câmara deveria investir nessa área de forma mais equitativa por todo o Concelho, privilegiando os espaços envolventes das zonas residenciais, o estacionamento e as infra estruturas de lazer, cultura e convívio. A actual gestão quer mostrar obra física, assim coloca muitos projectos no Plano de Actividades que nunca executa, e aqueles a que dá início vai arrastando-os quase sempre. A Câmara devia aplicar-se no planeamento e execução das prioridades definidas, criando as condições de financiamento e trabalho necessárias para a sua concretização devidamente calendarizada. A actual gestão desleixa a manutenção e deixa o património municipal ao abandono e a degradar-se sem qualquer proveito para ninguém. A Câmara devia fazer uma gestão criteriosa do património municipal, turístico e cultural, procedendo à sua cuidada manutenção e rentabilizando-o em benefício de projectos e das instituições do concelho A actual gestão não é sensível aos problemas do tecido empresarial do Concelho, nomeadamente ao comércio e agricultura. Não dialoga com os empresários e não investe na urgente prioridade do estacionamento. A Câmara devia dar prioridade ao estacionamento, à regulação do trânsito, à animação de rua e a projectos de parceria com os empresários as empresas e suas organizações para a criação de infra estruturas e eventos de apoio à sua actividade, assim como à promoção exterior do Concelho do Bombarral. A actual gestão reduziu a sua acção social ao mínimo. A Câmara devia ter profissionais no terreno para apoiar a integração social, cultural e económica das famílias com dificuldades de exclusão social. A actual gestão ignora a exclusão social e os direitos das minorias. A Câmara deveria feito um forte investimento na criação de condições de integração e promoção social das minorias, nomeadamente étnicas, juventude, 38 idade, e pessoas física, mental ou sócio-culturalmente carenciadas. A actual gestão tem uma prática fechada à sociedade civil. Tem aversão às opiniões dos outros sobre planos urbanísticos e de desenvolvimento, tem aversão ao diálogo e à participação. Gere o Município ao sabor das circunstâncias e de alguns interesses em cada momento. A Câmara devia promover uma real

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

participação das instituições e dos cidadãos na elaboração, execução e avaliação dos planos e restantes processos autárquicos. No entanto face a tudo isto, e não obstante a actual gestão praticar uma política despesista, continuar contra nossa vontade a investir numa obra como o Parque Desportivo do Falcão e, nem o voto de recomendação desta Assembleia para não renovar o contrato com a equipe da LAPEcol ter servindo de travão a esta gestão. O CDS Partido Popular "SEM LUVAS, porque não tem frio, OUVINDO O APELO PARA DAR AS MÃOS apresentou reivindicações mínimas para poder pensar na viabilização do Orçamento para 2004. Nota-se no entanto que a possibilidade de cumprimento destas reivindicações foi posta num "SACO" sem fundo e nenhuma foi ou vai ser cumprida. Verificamos que na versão do orçamento e plano que foi apresentada aos Vereadores pelo Sr. Presidente da Câmara e discutido em sessão não foram por ele apresentadas nem consideradas as reivindicações provenientes das reuniões apresentadas pelo nosso partido. Assim, votámos, na Câmara Municipal, contra este Orçamento e Plano para 2004, e apresentou o nosso Vereador as principais razões para este voto e disponibilizou-se, antes de votar contra, para se necessário abster-se de forma a viabilizar sempre a vinda deste Orçamento e Plano a esta Assembleia. Agora aqui está! O Orçamento e Opções do Plano para 2004, que não foi discutido, por falta de meios de trabalho, pela Comissão de Acompanhamento do Orçamento, presidida por um deputado municipal deste Partido. E agora aqui estamos ! Mais uma vez para dizer a V.Ex.a Senhor Presidente da Câmara que o CDS Partido Popular vota sempre pelo que julga de melhor para e pelo Bombarral e mais uma vez votaremos em paz com a nossa consciência sem medo e plenos da razão que ao longo do tempo nos dá razão antes de tempo." -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que foi com a participação dos vereadores do BP que se chegou ao abaixamento de € 500.000 nas despesas correntes e ao respectivo investimento em despesas de capital. No entanto não ficaram satisfeitos com as respostas que obtiveram. Os deputados do BP têm liberdade de voto.

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) em relação à vitivinicultura, lembrou que o governo PS deixou o programa fechado e sem possibilidade dos agricultores da região acederem a verbas e foi o PSD que pegou no programa e conseguiu que as verbas fossem aplicadas na nossa região. Solicitou informação sobre o que está em orçamento sobre o centro de estudos vitivinícolas. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse ser apenas a porta-voz do PS e quando falou fê-lo do perfil político do senhor vice-Presidente da Câmara. Se este não lê as actas das reuniões de Câmara, problema dele. Relativamente ao medo, disse que se tivesse medo já tinha saído do Bombarral porque é precisa muita coragem para ter cá uma empresa. É uma terra cada vez mais envelhecida e sem investimento. Relativamente ao orçamento as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, traduzem um grande despesismo. Não vão discutir os conteúdos porque se limitam a estádios de futebol, querem sim é postos de trabalho e não se podem recusar investimentos. Este é um orçamento maquilhado para se taparem imperfeições. O voto pelo crédito não é assim entendido. Este é um voto de desempenho no desenvolvimento do concelho. O PS viabilizou o orçamento de 2002 alertando para

ACTA N.º 01/2004 – Reunião de 09 de Janeiro de 2004

erros e atitudes que deviam ser ponderadas. Foram ignorados. Não podem voltar a dar o benefício da dúvida. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que também lê as actas e é bom verificar que o senhor vice-Presidente da Câmara quer a redução das despesas correntes e isso é o que todos temos defendido. Lembrou que os estádios de futebol foram a bandeira do governo PS quando decidiu construir 10. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a sua resposta não pode ser mais incisiva quanto ao espaço para a oposição. Está apenas aberta uma rubrica para o centro de estudos vitivinícolas mas vai procurar assinar um protocolo com o IVV. Mau grado algumas dificuldades não lhe pesa na consciência que alguma vez tenha recusado algum investimento. Como resulta das várias reuniões havidas este é o orçamento possível dados os recursos existentes. O orçamento e o PPI como instrumentos basilares da política do concelho deviam procurar ser o cumprimento das obrigações estabelecidas. Apelou ao sentido de responsabilidade dos eleitos. -----

-----Colocadas à votação as propostas de orçamento e PPI da Câmara Municipal de Bombarral do ano 2004, foram as mesmas aprovadas por maioria com 9 votos a favor (9 do PSD), 9 abstenções (8 do BP e 1 do PS) e 8 votos contra (4 do PS, 2 do CDS/PP e 2 da CDU). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 02.30 horas, foi a sessão encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: